

CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS NA AMAZÔNIA PARAENSE

Sabrina Campos Costa¹

RESUMO: Reconhecido pela sua diversidade cultural e dimensão territorial, o estado do Pará vivencia um momento de experimentação e construção de uma abordagem e metodologia próprias em seu Programa de Educação Patrimonial, vinculado ao Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural da Secretaria de Estado de Cultura. Associado a uma política de Estado, e não a um espaço museal ou projeto arqueológico, o desafio de tal programa é dar conta das demandas sócio-culturais dos diversos grupos formadores d atual sociedade paraense.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Patrimonial. Política Estadual. Amazônia. Pará.

Não fazia ideia do que era educação patrimonial até a minha primeira viagem pela Secretaria de Estado de Cultura.

Ficava me perguntando como uma turismóloga poderia ser útil em um departamento de pesquisas relacionadas ao tombamento – e mais recentemente registro – do patrimônio cultural paraense assim que fui empossada no cargo e logo me envolvi com o projeto do inventário, algo que me era familiar desde os tempos de trabalho na Paratur com infraestrutura turística.

Então me apareceu a oportunidade de ir ao município de Bragança divulgar o projeto do inventário do patrimônio cultural durante uma ação de educação patrimonial na qual estava à frente minha cara amiga Simone Jares. Entendendo um pouco o que seria abordado, sugeri que a atividade denominada “mapa cultural” (no qual os participantes eram convidados a ir às ruas lançar um novo olhar sobre os patrimônios cotidianos), fosse antecedida de uma rápida reflexão sobre as categorias amplamente discutidas ao longo do processo de construção do projeto do inventário (IPC-PA).

¹ Bacharel em Turismo - Universidade Federal do Pará, Gestora Empresarial - Universidade da Amazônia, MBA em Planejamento e Marketing Turístico - Universidade da Amazônia, Especialista em Arqueologia - Universidade Federal do Pará, Técnica em Gestão Cultural - Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, Secretaria de Estado de Cultura do Pará, Docente do Curso de Especialização em Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial da Faculdade Integrada Brasil Amazônia belamazonia@yahoo.com.br (091) 4009-9842

Ao expor à turma itens como “saberes e fazeres”, “espaços culturais”, “celebrações e formas de expressão”, “patrimônio natural”, ficamos muito surpresas ao perceber que as pessoas ali presentes – técnicos da Secretaria Municipal de Cultura, professores, lideranças comunitárias, pescadores, marujas, estudantes – eram plenamente conhecedores do que havia de significativo no seu município, claro, alguns em menor ou em maior grau, de acordo com suas vivências. Seu entendimento dos conceitos das categorias do inventário abriu-lhes a percepção de que patrimônio ia além daquele conhecido como de “pedra e cal”. E foram mais além, balançando nossa própria convicção:

“Há uma pedra na localidade onde eu dou aula que é um espaço cultural”, desafiou um professor.

“Como assim?”, retruquei.

E ele nos explicou que como se tratava de uma comunidade rural, no interior do município, não havia nada além das casas ao redor de uma pedra, onde todas as pessoas passavam seus finais de tarde, em um espaço de socialização, brincadeira da criançada, jogos de conquista, fofoca e discussão das aflições dos moradores.

Foi a primeira lição da viagem: a desconstrução dos paradigmas.

No segundo dia de oficina, apareceu um rapaz, filho de um mestre construtor de rabecas, que tinha fama de ser “do contra”. À frente de um trabalho social com crianças em situação de risco, que praticamente bancava por sua própria conta, e experiente no ramo da captação de recursos, ele desabafou sobre as grandes dificuldades de financiamento da cultura, criando um mal estar para algumas pessoas que achavam que ele dominava a fala e havia coisas mais importantes, afinal “aquilo era perda de tempo e as técnicas precisavam continuar o curso”, diziam enquanto pediam que ele se calasse.

Simone se manteve tranquila e deixou que o rapaz falasse o quanto quisesse.

E a atividade seguiu seu curso, totalizando três dias.

Ao final, durante uma avaliação verbal, uma senhora levantou a mão e se manifestou dizendo que o melhor daquele encontro foi a atitude da Simone, que deixou as pessoas livres para contarem suas experiências, em um pleno exercício de democracia, sem se preocupar com o tempo ou “um programa a seguir”.

De volta a Belém, fui destacada para o setor de educação patrimonial e comecei a pesquisar sobre a área. Como dito no início deste texto, não tinha familiaridade com o assunto, apenas conhecia as práticas de interpretação turística.

Li Horta e seu famoso Guia, e algumas questões me inquietaram: “albetização cultural”? “educação do olhar”? “exercício com objetos”?

A maioria das experiências de educação patrimonial encontradas em pesquisas na internet me levaram a projetos associados aos museus ou à arqueologia. Como então realizar uma educação patrimonial que desse conta da grandiosidade de um estado que mais parece um país, tamanha extensão territorial, fluxos migratórios e diversidade cultural?

Por algum tempo continuei observando as práticas de Simone. Depois seu contrato acabou e tivemos de continuar sozinhas. A educação patrimonial ganhou status de programa. E uma frase não saía da minha cabeça: “sentimento de pertencimento”.

Será que as pessoas precisavam de técnicos para dizer o que era patrimônio? Será que realmente não se identificavam? Era possível se “ensinar a gostar” do que havia de relevância cultural em um município? Como provocar este “pertencimento”? E quem diz o que é relevante?

Outra experiência foi decisiva, uma ação educativa em Parauapebas. Carta branca para experimentarmos novas abordagens, por conta da demanda da Secretaria Municipal de Cultura, introduzimos uma palestra sobre arqueologia, elaboração de materiais didáticos e um exercício de planejamento da política municipal de cultura com a estadual, identificando pontos de gargalo.

Um ano depois, em Salinópolis, uma moça assistia à capacitação que levamos aos professores da rede municipal, e quando fazíamos menção de convidá-la a entrar na sala, todos abanavam negativamente o dedo e cochichavam que ela era “meio perturbada”. Até que insistimos na sua participação e a moça não apenas acompanhou todo o trabalho como fez questão de se integrar nas atividades de grupo, observando e colaborando com todos eles. Ao final, ressaltamos como a educação patrimonial está ao alcance de todos e a importância da socialização dos portadores de necessidades especiais.

As experiências que se seguiram mostraram que há necessidades crescentes no ramo cultural, quer de gestores municipais, professores, empresários, mestres de ofícios, estudantes, ou grupos culturais. Necessidades que passam pela discussão conceitual, valorização da história de vida das pessoas, identificação de ameaças e oportunidades, levantamento das suas referências culturais, elaboração de projetos e captação de recursos, gestão participativa, exercício da cidadania.

Um pouco de sensibilidade e muito exercício de escuta nos levou a planejar nossas ações como um portfólio de possibilidades de temas, abordagens, suportes, e carga horária

bastante variados, que são lançados mão à medida em que conversamos, observamos e convivemos com as pessoas do local. Logo, o conteúdo para o ensino vem da fala e vivência das pessoas.

Havia empirismo nas nossas práticas utilizadas, que depois de bastante reflexão e contato com as ideias de Paulo Freire e Edgar Morin, foram organizadas em uma metodologia própria.

O Programa de Educação Patrimonial se chama “O Patrimônio Vivo de Minha Comunidade”, assim, fizemos um trocadilho com a metodologia do DPHAC:

Etapa 1, denominada de “Reflexão” (O Patrimônio), cujos recursos/ atividades se utilizam de exercícios de sensibilização, com uso de desenhos, recortes, poesias, textos, e descrição verbal da história de vida dos participantes, construção coletiva de conceitos relativos ao patrimônio cultural, avaliação sobre o impacto da cultura na economia, explanação acerca da política de preservação do patrimônio e a legislação pertinente.

O objetivo nesta etapa é perceber o ser humano enquanto um ser integral (visão holística), produtor de cultura, que se expressa em saberes, ofícios, manifestações, uso de espaços e materiais, linguajar, etc, repletos de significados simbólicos, que contam a história da vida de cada um e de todos nós.

A etapa 2, chamada “Interação” (O Patrimônio Vivo), usa de levantamento preliminar das referências culturais do lugar, roteirização, visita monitorada ou pesquisa de campo, entrevistas, produção de caderno de campo, desenhos, mapas, textos, transcrição ou resumo de entrevistas, produção de fotografias e vídeos.

Seu objetivo é de perceber o ser humano enquanto fruto da interação social e com o meio ambiente, desenvolvendo o olhar acurado e crítico, experimentando sensorialmente o município/ bairro/ escola, e observando as memórias e identidades contidas em seus espaços e pessoas.

Já na etapa 3, da “Ação” (Patrimônio e a Minha Comunidade), há discussão, troca de experiências, avaliação de evidências, levantamento de problemas, hipóteses, oportunidades, pontos fortes e fracos, comparação, proposição criativa de ações, compromissos ou projetos de valorização cultural construídos coletivamente, formação em mediação cultural.

Nesta etapa o objetivo é perceber o ser humano cidadão, co-responsável pela preservação do patrimônio cultural, exercitando a capacidade de interpretação ou leitura da realidade, análise, diagnóstico, envolvimento afetivo, comprometimento.

Essas etapas não são rígidas, ordenadas, ao contrário, são flexíveis e transversais, se sobrepondo. O mais importante é que mais do que uma metodologia, a educação patrimonial se tornou a própria presença do Estado nos municípios, oportunidade onde as pessoas fazem o exercício do diálogo, da troca, da interação, do enriquecimento, da colocação de demandas e a busca coletiva de caminhos e ferramentas a seguir.

Ressaltando que o tom dos encontros – vamos chamar assim as ações educativas – é o de valorização de cada indivíduo como sujeito histórico, social portanto cultural, e suas subjetividades, vivências, conhecimentos. Pautados no artigo 216 da Constituição Federal, entender que “patrimônio” aproxima das pessoas como herança individual e coletiva enquanto que “patrimonializado” remete à noção somente daquilo que é reconhecido pelo Estado, seja por tombamento ou registro.

Ou seja, a realidade amazônica aponta para caminhos que muitas vezes fogem ao convencional, seja por falta de estrutura adequada para uso das clássicas apresentações em power point, seja pela necessidade de aproximação do técnico com o morador local, seja pelos hábitos de vida que impedem o cumprimento de horários rígidos, seja pela própria abordagem que se deve assumir, da conversa para que as pessoas se expressem. Afinal este é o nosso objetivo maior, a expressão, a conversa, o entendimento, a atenção, ou para ser um pouco revolucionária e remetendo a Paulo Freire, por que não afirmar que também pretendemos o amor, a libertação, a autodeterminação do povo?

Outra experiência significativa ocorreu mais recentemente, em Bujaru. Fomos solicitados a marcar presença no município porque a comunidade se mobilizou e juntou dinheiro para a reforma de uma igreja do século XVII, contudo não tinham conhecimento técnico de como fazê-la e estavam prestes a usar desde tinta inadequada quanto substituição do forro decorado por outro de madeira comum. Bastante inusitado, considerando que a maioria das solicitações de visita técnica visa impedir a derrubada de edificações históricas. E mais, a própria comunidade fez bingo, festa, etc para arrecadar o dinheiro da reforma!

Durante nossa estada descobrimos que a igreja é o referencial cultural maior daquela localidade de Santana, enquanto que um antigo engenho é o referencial da seda da cidade. Logo um engenho, surpreendente para uma área, a arqueologia, onde menos sentimento de afinidade e pertença a população possui no Brasil.

Assim, só conseguimos dar um passo além da educação patrimonial considerada “consagrada” por nos permitirmos aprender ensinando.

Algumas conclusões a que chegamos ao final de quatro anos de experiências são que a educação patrimonial pode e deve:

- Ser um exercício de escuta do outro, suas histórias, sonhos, dificuldades;
- Ser um momento de capacitação em gestão cultural, para diferentes atores culturais;
- Ser uma abordagem que considera cada conhecimento produzido e vivência experimentada como legítimo e importante, onde o conteúdo para o ensino é construído a partir destes saberes;
- Observar que as pessoas conhecem o patrimônio de seu município, mesmo que não pertencentes a determinados grupos, atividades, segmentos culturais;
- Perceber que os bens imóveis têm na sua essência uma aura de significados, histórias e apropriações que dependem mais dos usos que lhes são dados ou reivindicados do que da sua manutenção física na integridade que se deseja;
- Convidar toda pessoa a refletir sobre seu lugar no mundo, quando mostra que tem noção de cidadania e consciência global;
- Mais do que um objeto, o desafio é identificar e manter vivos saberes, ofícios, práticas, manifestações, formas de vida;
- Incluir a busca de soluções dos problemas enfrentados pelo município através de orientações técnicas;
- Servir de transposição do conhecimento científico, dos instrumentos legais, para o saber no campo escolar;
- Desenvolver ferramentas de registro das atividades que envolvam fotografias, vídeos, textos escritos, produções materiais (painéis, colagens, entre outros), com retorno para o município;
- Outro enorme desafio é o de gerar indicadores de impacto da educação patrimonial, como projetos implementados, políticas adotadas, entre outros;
- Formar para geração de renda, por capacitações artísticas, artesanais ou no turismo;
- Entender o patrimônio natural como espaço culturalmente apropriado;
- Incentivar a consciência cidadã, a organização comunitária e o empoderamento cultural;
- Perceber que educação patrimonial é, antes de tudo, educação, portanto a transdisciplinariedade é fundamental, inclusive como estratégia para captação de recursos para projetos;

- Incentivar formas alternativas de preservação diferentes do tombamento e registro.

Referências Bibliográficas

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, E CULTURAL/
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO PARÁ. *Programa de Educação Patrimonial: “O Patrimônio Vivo da Minha Comunidade”*. Belém, 2010.